



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638354 - MG (2021/0000694-6)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : JOSE CARLOS DE OLIVEIRA CAMPOS
ADVOGADO : JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA CAMPOS - MG109554
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : WALDEMAR CESAR SANTOS FILHO (PRESO)
CORRÉU : PAULO HENRIQUE DE OLIVEIRA BATISTA
CORRÉU : FERNANDO PEREIRA GOMES
CORRÉU : RAI LOREDO OLIVEIRA
CORRÉU : CLEUBER LUCIO PEREIRA DA SILVA
CORRÉU : NELIO GONCALVES DA SILVA
CORRÉU : GLEICIELE DE SOUZA BORGES
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de WALDEMAR CESAR SANTOS FILHO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.20.568866-6/000).

O paciente é advogado e foi preso temporariamente em 16/10/2020, sendo investigado pela prática dos crimes previstos nos arts. 33 e 35, ambos da Lei 11.343/06. Por entender não estar configurada a hipótese de tráfico de drogas, porquanto tentar apanhar drogas não se amolda a nenhuma das condutas previstas no art. 33 da Lei 11.343/06, fora impetrado *habeas corpus* perante o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais a fim de relaxar a prisão temporária do paciente, mas sua ordem foi denegada pela 7ª Câmara Criminal.

O impetrante sustenta que no processo ficou provado que com o paciente nada de ilícito foi localizado, sendo imprópria a acusação de que estava participando de organização com intuito de praticar tráfico, inexistindo, ainda, indícios que tenha a intenção de obstruir a instrução criminal ou furtar-se da aplicação da lei penal. Aduz, assim, que não foram apresentados fundamentos concretos aptos a justificar a prisão preventiva do paciente, que deve ser revogada, eis que ausentes os motivos para a subsistência da cautela de urgência no forma do art. 316 do Código de Processo Penal. Ressalta a necessidade de observação da Recomendação 62 do Conselho Nacional de Justiça, uma vez que a prisão cautelar é ilegal, desproporcional e ausente de razoabilidade e poderia ser substituída por qualquer outra medida cautelar diversa da prisão.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão cautelar do paciente, com sua imediata libertação, respondendo ao processo em liberdade. No mérito, pugna pela confirmação da liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente